

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI CAMPUS  
SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CURSO DE  
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

MARALINA GOMES DA SILVA

**PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS ACERCA DO ADOLESCENTE  
INFRATOR EM INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**

PICOS – PIAUÍ

2017

MARALINA GOMES DA SILVA

**PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS ACERCA DO ADOLESCENTE  
INFRATOR EM INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí - *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Me. Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo

PICOS – PIAUÍ

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S586p** Silva, Maralinna Gomes da

Percepção de educadores sociais acerca de adolescente infrator em  
internação provisória / Aline Rocha Rodrigues. Picos – 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (53 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) –  
Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof<sup>a</sup>. Ma. Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo

1. Adolescente Infrator. 2. Medidas Socioeducativas. 3.  
Ressocialização. I. Título.

**CDD 610.736.8**

MARALINA GOMES DA SILVA

PERCEÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS ACERCA DO ADOLESCENTE  
INFRATOR EM INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Graduação  
em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI, CSHNB, como requisito  
parcial para conclusão do grau de Bacharelado em Enfermagem.

Data da aprovação: 06 / 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA:

  
Prof. Ms. Iolanda Gonçalves de Mendonça Figueiredo  
Universidade Federal do Piauí-UFPI CSHNB  
Presidente da Banca

  
Prof. Ms. Patrícia Lima de Barros  
Campus Senador Heládio Nunes de Barros, Universidade Federal do Piauí  
Examinadora

  
Sérgio Antônio Araújo de Sousa  
Rua 109, Santa Luzia, Arinos I, Ima  
Secretaria Municipal de Saúde de Parnaíba  
Examinador

Dedico este trabalho com todo o carinho a Deus e a minha família, pelo apoio e amor que sempre me concederam ao longo de todo o curso. E a minha orientadora professora Iolanda, pela atenção e dedicação, para a realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu **Deus**, meu grande amigo, que sempre esteve ao meu lado durante esta caminhada! Pelo amor incondicional e constante, por cuidar da minha família e de mim.

Aos meus amados pais, **Leonildo Gomes da Silva** e **Germana Cecília Gomes da Silva**, por serem minha fonte de inspiração e persistência, por todo apoio e amor que sempre tiveram comigo, por serem tão especiais, a trajetória acadêmica foi repleta de saudades de vocês, são meu porto seguro, minhas raízes. Aos meus irmãos, **José Mayk Gomes da Silva** e **Pedro Henrique Gomes da Silva** por sempre me apoiarem, pela paciência, pelos gestos sinceros de companheirismo e amor.

Agradeço aos demais familiares maternos e paternos, em especial à Tia **Joelma Clementino da Silva**, **Josefa Cecília** e o Dindo **Oswaldo Gomes da Silva**, obrigada por me apoiarem, por estarem torcendo por mim. Tenho um carinho enorme por vocês.

Aos amigos da Enfermagem, em especial, **Danielly de Carvalho Xavier**, que me acolheu como sua amiga, que esteve ao meu lado durante a trajetória acadêmica, sendo mais que uma amiga, uma irmã que a vida me presenteou, **Maria Ivone Leal de Moura**, minha companheira alegre e sincera, juntas dividimos muitos desafios e pressões da universidade, obrigada pela amizade e apoio, **Antônio da Silva Passos**, alegre e contagiante, uma amizade verdadeira e cheia de recordações lindas, obrigada por ser nosso grande exemplo de sucesso profissional. Aos meus vizinhos especiais, **Gil Lene Daniel Barbosa** e **Anna Klycia de Carvalho**, obrigada pela amizade, pelo carinho. Ao amigo, **Victorugo Guedes Alencar Correia**, pela atenção, companheirismo por sempre estar disposto a me ajudar. A minha amiga, **Anne Lívia Cavalcante Mota** pela convivência e companheirismo durante a graduação, por escutar minhas histórias todos os dias em nosso apartamento.

As minhas amigas de Grupo de Oração **Pauliana Santos** e **Marta Praense**, por torcerem por mim, me colocando em suas orações, obrigada pela presença em minha vida durante minha jornada acadêmica.

À querida professora **Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo**, minha orientadora, obrigada pelo acolhimento, apoio, afeto, paciência, pelas oportunidades apreendidas no percorrer desta jornada! Admiro-te e tenho um enorme carinho pela senhora, irei levar comigo seus ensinamentos.

Muito obrigada à banca avaliadora, Professora **Patrícia Barros Lima**, **Simone Barroso Carvalho** e Enfermeira **Sanya Elaine de Araújo**, por disporem do seu tempo para avaliar o trabalho e por serem exemplos inspiradores.

A todos os **funcionários** do Complexo de Defesa da Cidadania de Picos pela participação na pesquisa.

Os professores e profissionais que contribuíram para minha formação acadêmica.

A todos aqueles que de alguma forma ou de outra estiveram presente na minha vida e fizeram parte da minha formação enquanto pessoa humana e profissional, o meu muito obrigada!

[Eu] Pensava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas parece que não os há. O nosso ir faz o caminho.

C.S. Lewis

## RESUMO

As instituições que recebem adolescentes em conflito com a lei apresentam muitas particularidades que precisam ser estudadas e investigadas, representando uma dimensão relevante de estudo na atualidade. Objetivou com este estudo descrever a percepção de socioeducadores acerca do adolescente infrator em internação provisória. Esse estudo é um recorte que faz parte do projeto de extensão adolescência em conflito com a lei: do cumprimento de medidas socioeducativas a aquisição de saúde e cidadania. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa realizado com os socioeducadores lotados em uma Unidade Socioeducativa do interior do Piauí. A unidade é composta por 16 educadores sociais, entretanto participaram 11 desta pesquisa. Quanto ao perfil dos participantes identificou-se que a maioria encontra-se entre 43 e 50 anos de idade (N=5), embora dois apresentassem uma faixa etária superior a 50 anos (N=2), e quatro entre 29 e 38 anos (N=4). Em relação à formação houve predomínio da licenciatura. O tempo de trabalho variou de quatro a onze anos, tendo uma jornada semanal de trabalho de vinte quatro por setenta e duas horas. No que tange a percepção dos educadores sobre a execução das medidas educativas o estudo mostrou que as mesmas não são efetivas durante a internação provisória. O estudo aponta que as medidas não são executadas como preconiza o ECA e SINASE, que não se tem um suporte multidisciplinar de profissionais, além da falta de segurança e estrutura, revelando dessa forma, uma série de lacunas e dificuldades no ambiente de trabalho. A pesquisa identifica a complexidade e responsabilidade da execução das medidas educativas, bem como, a falta de políticas públicas efetivas diante da fragilidade do sistema, no qual elas estão submergidas. Dessa maneira, o estudo permitiu identificar a várias nuances das medidas socioeducativas, tendo em vista, que elas perpassam a trajetória de muitos adolescentes de forma distinta, sendo imprescindível estudá-las e compreender melhor o contexto em que estão inseridas. As interpretações da pesquisa elucidam que são necessárias mudanças no desenvolvimento profissional de socioeducadores, na participação da família no conjunto das medidas socioeducativas, além disso, os resultados trazem à tona uma questão importante no que concerne as novas propostas de intervenção no cotidiano das unidades socioeducativas.

**Descritores:** Socioeducador; Medidas Socioeducativas; Adolescente Infrator; Ressocialização.

## ABSTRACT

The institutions that receive adolescents in conflict with the law present many particularities that need to be studied and investigated, representing a relevant dimension of study at the present time. The objective of this study was to describe the perception of socioeducators about the adolescent offender in provisional hospitalization. This study is a cut that is part of the project to extend adolescence in conflict with the law: from compliance with socio-educational measures to the acquisition of health and citizenship. It is a descriptive and exploratory study, with a qualitative approach carried out with the socioeducadores crowded at a Socio-educational Unit in the interior of Piauí. The unit is composed of 16 social educators, however they participated in this research. As for the profile of the participants, the majority were found to be between 43 and 50 years of age (N = 5), although two had an age range of over 50 years (N = 2) and four between 29 and 38 years (N = 4). In relation to training, there was a predominance of the degree. Working time ranged from four to eleven years, with a workweek of twenty-four for seventy-two hours. Regarding the educators' perception about the implementation of educational measures, the study showed that they are not effective during the provisional admission. The study points out that the measures are not implemented as advocated by the ECA and SINASE, which does not have a multidisciplinary support of professionals, besides the lack of security and structure, thus revealing a series of gaps and difficulties in the work environment. The research identifies the complexity and responsibility of implementing educational measures, as well as the lack of effective public policies in the face of the fragility of the system, in which they are submerged. In this way, the study allowed to identify the various nuances of socio-educational measures, considering that they traverse the trajectory of many adolescents in a different way, being essential to study them and to better understand the context in which they are inserted. The interpretations of the research elucidate that changes are necessary in the professional development of socioeducators, in the participation of the family in the set of socioeducative measures, in addition, the results bring up an important question regarding the new proposals of intervention in the daily life of the socioeducative units.

**Keywords:** Socioeducator; Socio-educational Measures; Adolescent Offender; Resocialization.

## LISTA DE TABELA

Tabela 1-	Dados referentes à faixa etária, formação, anos de trabalho, e sexo dos socioeducadores do CDC de Picos. Picos-PI, 2017.....	23
-----------	--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CDC	Complexo de Defesa da Cidadania
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FEBEM	Fundação Estadual do Bem – Estar do Menor
MSEs	Medidas Socioeducativas
LA	Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviço à comunidade
PSE	Programa Saúde na Escola
PTS	Projeto Terapêutico Singular
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UFPI	Universidade Federal do Piauí
SMSE	Sistema de Medidas Socioeducativas
PIA	Plano Individual de Atendimento
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da família

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
2.1	Geral .....	14
2.2	Específicos.....	14
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
4.1	Tipo de estudo.....	20
4.2	Local e período realização do estudo.....	20
4.3	Sujeitos da Pesquisa.....	20
4.4	Coleta de Dados .....	21
4.5	Análise dos Dados .....	21
4.6	Aspectos éticos .....	21
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>36</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>41</b>
	APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....	42
	APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	43
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>45</b>
	ANEXO A- Parecer Legal do Comitê de Ética em Pesquisa.....	46
	ANEXO B- Termo de Autorização.....	50

## 1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase da vida marcada por várias transformações biológicas e psicossociais, onde vários fatores intrínsecos e extrínsecos estão envolvidos para obtenção de uma adolescência saudável.

Uma fase da vida que começa em torno do início da puberdade física e termina com a fase adulta. Esta fase da perspectiva de vida está associada a mudanças em domínios físico, social, cognitivo e emocional. No campo emocional, embora um adolescente típico seja aparentemente mais feliz do que infeliz, as evidências indicam que os adolescentes sentem emoções frequentes e intensas que seguem um aumento marcante no risco de transtornos mentais (MCLAUGHLIN; GARRAD; SOMERVILLE, 2015).

A adolescência é um estágio crítico de desenvolvimento, tendo em vista que as escolhas dos adolescentes, o estilo de vida que têm o potencial de impactar sua saúde atual e futura e o bem-estar social. Adolescentes infratores são mais vulneráveis e propensos a desenvolverem problemas de saúde, tendo em vista que a relação entre o consumo de substâncias ilícitas e a atividade criminosa é complexa, considerando-se que a prevalência do consumo de substâncias ilícitas é muito mais elevada entre os adolescentes infratores do que a população adolescente em geral (COULTON *et al.*, 2017).

É importante avaliar que existe uma combinação de fatores de risco que influênciam o adolescente a cometer infrações. Fatores como pobreza, bairros instáveis e desorganizados, violência, trauma, história familiar, problemas de saúde mental e abuso de substâncias, falha escolar, colegas negativos ou delinquentes devem ser analisados (MALLETT, 2015).

Os adolescentes em prisão de liberdade têm uma variedade de necessidades de saúde, incluindo saúde mental, além de problemas de saúde física, problemas de abuso de substâncias, além de distúrbios do desenvolvimento neurológico e muitas das suas necessidades de saúde e assistência social não foram reconhecidas e não satisfeitas (LENNOX, 2014).

Dados do SINASE (2013) aponta que a Região Nordeste, entre os anos de 2011 a 2013, apresentava considerável avanço em relação à entrada de adolescentes no sistema de internação provisória (2011 foram 2.288 adolescentes, em 2012 foram 2.694 adolescentes e em 2013 foram 2.679 adolescentes). No município de Picos/PI, de acordo com dados do Complexo de Defesa e Cidadania, a Unidade de medidas socioeducativa recebeu no ano de 2016, cerca de 51 (cinquenta e um) adolescentes por delitos cometidos em um misto de internações primárias e reincidentes.

Nesse sentido, as instituições que recebem adolescentes em conflito com a lei apresentam muitas particularidades que precisam ser estudadas e investigadas, representando uma dimensão relevante de estudo na atualidade, toda a trajetória de vida dos adolescentes ao cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSEs), e após medida de internação. Tendo em vista, a escassez de literatura científica quanto aos estudos que pesquisam as instituições em que os adolescentes cumprem as medidas socioeducativas, principalmente no contexto brasileiro.

Compreende-se que o desenvolvimento de jovens que recebem medidas de proteção ou socioeducativas é potencialmente diferente do desenvolvimento de jovens que permanecem com suas famílias, tanto antes quanto durante a institucionalização, afirmam (ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016). Assim, acredita-se a evolução para a fase adulta e, conseqüente progressão de autonomia pelo adolescente, nesse contexto, requeira acompanhamento não somente dos pais e educadores sociais, mais de todos os profissionais que integram a rede de assistência ao adolescente e adolescente infrator.

No tocante aos socioeducadores que exercem a função socioeducativa e de segurança, qual a percepção deste profissional em relação ao processo de ressocialização dos adolescentes em prisão de liberdade?

Haja vista que esse mesmo profissional é responsável pela segurança, que mantém o adolescente recluso pode orientar o adolescente no caminho da socioeducação, contribuindo para sua ressocialização após o regime de internação, cooperando para melhores condições para que os adolescentes pensem a respeito das implicações de seus atos, transformem a sua maneira de pensar e comportar-se e consigam voltar ao convívio social.

O presente estudo possibilita conhecer as características das instituições que atendem adolescentes em prisão de liberdade, cooperando para estratégias que contribuam para a efetividade da aplicação das MSEs, e conseqüentemente, que ofereçam melhores oportunidades aos adolescentes.

É importante destacar a pouca produção científica de estudos no âmbito das MSEs e, da percepção dos profissionais acerca do desenvolvimento destas. No Piauí, por exemplo, não foi encontrado estudos nesse contexto, sendo, portanto, de suma importância problematizar e identificar os aspectos que influenciam o desenvolvimento das MSEs em unidades de internação provisória ao adolescente infrator.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

- Descrever a percepção de educadores sociais acerca do adolescente infrator em internação provisória.

### **2.2 Específicos**

- Conhecer atividades desenvolvidas com o menor infrator durante a internação provisória.
- Identificar dificuldades encontradas pelos educadores sociais na assistência ao adolescente em internação provisória.
- Conhecer as perspectivas futuras do adolescente infrator na ótica do socioeducador.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

As MSEs estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresentam uma gradação que deve levar em conta a capacidade de os adolescentes cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. São elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (internação em unidades socioeducativas) (COSTA; SILVA, 2017).

Na perspectiva do ECA brotou uma série de empenhos fundamentados no Sistema de Garantia de Direitos e na efetivação de ações para promover a ressocialização de adolescentes, baseados em atividades socioeducativas, que consistem em estratégias, métodos e práticas educativas com ênfase à sua inserção social (GUARÁ, 2010, p. 1).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelecido em 2012 pela Lei n. 12.594, é a diretriz federal que orienta o incremento do atendimento socioeducativo. Versa sobre um conjunto composto de conceitos, normas e critérios de natureza, jurídico, político, pedagógico, que submerge desde o processo de apuração de ato infracional até o cumprimento de medida (BRASIL, 2012).

A medida socioeducativa é indispensável como política pública essencial para remir a enorme dívida histórica da sociedade brasileira com a população adolescente, que é vítima principal dos altos índices de violência, para a construção de uma sociedade mais justa que olha por seus adolescentes (BRASIL, 2013).

Adolescentes são submetidos em uma ação específica de responsabilização quando praticam ato infracional, movendo ao cumprimento de MSEs em unidades sob a governança de instâncias Estaduais (BRASIL, 2014). Considerado inimputável, não responsabilizado pela infração, estando na fase de desenvolvimento vital, dessa forma, seu ato é classificado como um ato infracional, e não como um crime devidamente confirmado (SUNAHARA; MENDES; ALMEIDA, 2014).

A Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) são desempenhadas fora da instituição permitindo ao adolescente o direito de ir e vir. Já a internação e a semiliberdade são realizadas na instituição com caráter de privação de liberdade, decidida pelo juiz em virtude da seriedade do delito cometido (PEREIRA e MESTRINER, 1999).

Menores de 12 anos que praticaram atos infracionais, o ECA preconiza que o Conselho Tutelar efetue medidas de proteção e socioeducativas, para maiores de 14 até os 18,

o juiz pode aplicar medidas de liberdade assistida, de semiliberdade ou de internação com privação de liberdade por um período de até três anos. A privação de liberdade é cabível a jovens autores de atos infracionais sérios, correspondendo aos fundamentos em respeito a sua qualidade de pessoa em desenvolvimento (ESPÍNDULA; SANTOS, 2004).

Existe um desafio no processo de execução das MSEs, tendo em vista seu caráter de educar e ressocializar em ambiente de privação de liberdade. Possuindo em sua elaboração básica, “uma característica sancionatória, responsabilizando judicialmente os adolescentes, como também estabelecer restrições legais, além da natureza sociopedagógica” (BRASIL, 2012, p. 47).

Os socioeducadores são profissionais que trabalham, junto aos adolescentes através do contato direto e contínuo. São responsáveis pela preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes, além das atividades pedagógicas e constituindo o maior número de profissionais das unidades (ADAMI; BAUER, 2013, p.20).

Segundo Souza (2012, p. 89) em estudo que analisa o perfil dos socioeducadores, mostra que ele é conhecido de distintas formas pelo adolescente infrator: “monitor, agente, agente de segurança, agente de segurança socioeducativa, cuidador social, educador social, agente social, atendente de reintegração social”.

Vários estudos oferecem informações sobre os principais componentes da experiência de prisão juvenil: tratamento terapêutico, práticas baseadas em evidências, construção da identidade e a preparação para reentrada desses adolescentes na sociedade são alguns exemplos. Essa análise é importante, uma vez que os governantes estão cada vez mais abraçando os benefícios da reabilitação para os jovens infratores (SANKOFA *et al.*, 2017).

Dessa forma, o perfil do servidor que atua dentro da unidade socioeducativa é primordial para que ocorra a efetividade das MSEs. Na construção dessa identidade do profissional socioeducador existem os agentes, com uma atitude mais firme e, às vezes, severa, mais cientes de sua postura de educador. Essa ramificação atrapalha a gestão e compromete os objetivos de recuperação do adolescente. (BRASIL, 2013, p. 1).

A execução da medida educativa prescrita não é suficiente, para que ocorra a reinserção do jovem que pratica ato infracional em seu ambiente social, sendo importante o suporte da família, da sociedade como um todo, de uma apropriada educação, inclusão no mercado de trabalho, além do desenvolvimento de políticas públicas para preparo e acolhimento (NERI, 2012, p. 69).

A força do trabalho na recuperação dos infratores, com base na legislação trabalhista, que o consente para os menores de 14 a 16 anos, somente na condição de

aprendiz. O trabalho enobrece, por meio do compromisso, afastando-o da criminalidade. Algumas ações poderiam ser adotadas, como expressado por Lorencetti (2011):

- “I - Instituir programas do SENAI/SENAC de forma descentralizada nos bairros mais vulneráveis voltados para uma vida produtiva dos jovens;
- II - Efetuar acordos entre Ministério do Trabalho, Promotoria da Infância e Sociedade Civil, para viabilizar o ingresso de menores no mercado de trabalho;
- III - Criar um programa de inserção do jovem no mercado de trabalho”

O trabalho como forma de transformar esta população também é empregado em Sergipe, inserindo-os na forma de jovem aprendiz, os egressos de ato infracional com a execução do Projeto chamado Programa de Egressos das medidas socioeducativas de Sergipe (Pemse). Vários trabalhos são realizados como a promoção de cursos de informática, de agente de limpeza, preparatórios para pedreiro, reforço escolar, aulas de hip-hop, entre outros (SERGIPE, 2012).

Em 2012, havia 20.595 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade. O estado de Minas Gerais ficava entre os Estados que pouco executava medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade (existiam 69 adolescentes em medidas restritivas de liberdade por 100 mil habitantes em 2012). O Estado do Rio Grande do Sul ficava bem adjacente do percentual nacional de aplicação destas medidas, com 92 adolescentes privados de liberdade por 100 mil habitantes no mesmo ano. Sendo a taxa nacional de 100 adolescentes por 100 mil habitantes. Entretanto, em ambos os estados, as unidades socioeducativas atuavam superlotadas (BRASIL, 2014).

Segundo o plano municipal de atendimento socioeducativo de Teresina o perfil do adolescente em conflito com a lei no município, a partir das unidades de CREAS, de 2013 a 2015, aponta que a maioria é formada por jovens de 15 a 17 anos, representada por um total de 59,67% dos adolescentes acompanhados. Esse dado contrapõe-se ao nível de escolaridade, em que há um predomínio de adolescentes cursando do 3º ao 7º ano do Ensino Fundamental, um total de 57,25%, manifestando um nítido atraso na escolarização (SEMTCAS, 2016).

Segundo o levantamento anual dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – 2012(SINASE, 2013), os estados que declaram não possuir estudos ou pesquisas sobre o atendimento socioeducativo foram: Acre, Pará, Roraima, Tocantins,

Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná.

O dilema de adolescentes institucionalizados em conflito com a lei, submetidos à prática socioeducativa de privação de liberdade, emerge como problemática que transcorre todos os elementos sociais, faixas etárias e grupos comunitários (ESTEVAM, 2005; VOLPI, 2001).

Segundo dados do Panorama Nacional (Conselho Nacional de Justiça, 2012), as características dos que estão sob medida socioeducativa de internação, em situações nacionais, menciona que 47,5% dos adolescentes têm entre 15 e 17 anos quando no momento em que praticam o primeiro delito, encontrando-se dois principais atos infracionais perpetrados, estando o roubo, com 36%, e a tráfico de drogas, com 24%.

Ademais, o indicador de reincidência no panorama brasileiro é considerado alto: 43,3%. No que diz respeito à escolaridade, ainda que 91% dos jovens sejam alfabetizados, 86% não terminaram o ensino fundamental, cessando entre a 5ª e 6ª série (39%), deixando a escola entre os 8 e 16 anos, além disso, 57% não estavam frequentando a escola antes de cumprirem a medida de internação(CNJ, 2012).

Compreender os motivos que levam a um padrão de conduta incluindo a prática contínua de atos infracionais na adolescência é uma tarefa difícil, tornando-se indispensável à proposta de políticas e programas de prevenção para adolescentes em situação de vulnerabilidade, e para àqueles que já exibem o problema (MARUSCHI; ESTEVÃO ;BAZON 2013). Nesse sentido, o Programa de Saúde na Escola (PSE), como uma proposta do ministério da saúde, apresenta-se como uma nova forma da política de educação em saúde, contribuindo para a cidadania e promoção de saberes, vinculada a participação de alunos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral ao abordar a saúde e educação de forma integral (CARVALHO, 2015).

Nessa perspectiva, compreende-se que o enfermeiro tem preparo para atuar em diversas áreas da assistência integral aos adolescentes através de vários programas do ministério da saúde. Dessa forma, esse profissional pode e deve agir de forma sistematizada no auxílio aos adolescentes e as suas famílias por meio de atuações no Programa Saúde na Escola (PSE), no Núcleo Intersetorial da Prevenção da Violência e da Promoção da Cultura da Paz, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), na preparação de Projeto Terapêutico Singular (PTS) e em conjunto com os profissionais do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) (RIVANY NUNES *et al.*, 2016).

Um dos programas mais conhecidos de prevenção do crime e da violência em escolas é o Perry Project, desenvolvido em Ypsilanti, Michigan. Nesse trabalho, foi desenvolvido habilidades cognitivas entre os alunos, demonstrando que para cada dólar empossado na prevenção do crime, a sociedade economizaria 7 dólares a longo prazo(ROLIM,2008).

Lemos e Faísca (2015), ressaltam a importância dos programas de intervenção com jovens infratores, além da necessidade de ações centradas na família, com o intuito de prevenir a reincidência e Scisleski *et al* (2014), indaga como as MSEs, lidando com a privação de liberdade podem ressocializar o jovem infrator? E ainda se estando em uma medida socioeducativa, sem interferir no contexto social que o mesmo participa, o (re)insere socialmente?

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Tipo de estudo

Esse estudo é um recorte que faz parte do projeto de extensão Adolescência em conflito com a lei: do cumprimento de medidas socioeducativas a aquisição de saúde e cidadania. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno e, são incluídas neste grupo as pesquisas relativas às opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2010).

Ao termo exploratório sugere a familiaridade com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado para o qual Gil (2010) afirma que ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses.

Para Minayo (2010) a abordagem qualitativa torna-se importante para a compreensão de valores culturais e representações de um determinado grupo a respeito de temas específicos; para compreender as relações que ocorrem entre sujeitos sociais tanto no contexto das instituições quando dos movimentos sociais; para avaliar as políticas públicas e sociais tanto do aspecto de sua formulação, aplicação técnica, quanto dos usuários a quem se destina.

### 4.2 Local e período realização do estudo

O estudo foi realizado no período de março de 2017 a dezembro de 2017 e teve como campo de realização, uma Unidade Socioeducativa do interior do Piauí, cidade localizada na região centro sul Estado do Piauí e, que apresenta segundo dados do IBGE (2010) uma população de 73.414 habitantes. De acordo com dados da Secretaria Estadual de Justiça, o Piauí conta atualmente, com três unidades de medidas socioeducativas sendo uma localizada na cidade de Teresina capital do Estado, uma na cidade de Parnaíba e outra da cidade de Picos.

### 4.3 Sujeitos da Pesquisa

Teve como sujeitos os socioeducadores que trabalham na Unidade Socioeducativa. Os educadores sociais podem receber várias denominações, como monitor,

agente de segurança, socioeducador, para a mesma função, porém, para efeito deste estudo foi adotado a terminologia de socioeducador. A unidade é composta por 16 educadores sociais, destes, 11 aceitaram participar da pesquisa, outros não quiseram participar, além da dificuldade de acesso aqueles que fazem permutas de plantão na unidade. Assim, os critérios de inclusão para a amostra dessa pesquisa foram todos os educadores sociais de ambos os sexos, que aceitaram participar do estudo.

#### 4.4 Coleta de Dados

As entrevistas foram feitas em espaço reservado, de forma individual e, com prévia autorização dos sujeitos, gravadas e transcritas posteriormente para análise. Cada entrevista levou cerca de oito minutos. A coleta foi realizada no mês de outubro a partir de um instrumento do tipo entrevista semiestruturada guiada por um formulário (APÊNDICE A) no qual continha questões que nortearam o levantamento de informações necessárias ao alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

#### 4.5 Análise dos Dados

Os dados coletados foram analisados segundo o referencial metodológico de Minayo (2010), cuja proposta consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, onde a presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado.

Os depoimentos foram organizados conforme a ordem cronológica que foram acontecendo as entrevistas, para tanto foi adotado uma combinação (E-1, E-2), sendo E para Entrevista e 1 para a ordem em que a mesma ocorreu, garantindo, dessa forma, a preservação da identidade dos sujeitos da presente pesquisa.

Quanto à saturação de dados da coleta não foi utilizado como critério, tendo em vista que todas as entrevistas fizeram parte análise da pesquisa.

#### 4.6 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí, com parecer 2.344.638 (ANEXO A) seguindo as normas expressas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre as questões éticas

envolvendo pesquisas com seres humanos (BRASIL, 2012), bem como no termo de autorização emitido pela instituição de internação provisória (ANEXO B).

Os sujeitos que participaram da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), sendo assegurado, o anonimato e a confidencialidade das informações, assim como, total liberdade para participar ou desistir do estudo em qualquer momento, não acarretando nenhum tipo de prejuízo ou complicação.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão dos resultados obtidos na pesquisa os mesmos serão apresentados numa sequência, tomando como referência, a análise do instrumento aplicado. Com base nas entrevistas, organizou-se as variáveis em categorias que serão apresentadas abaixo.

**Tabela 1 – Dados referentes à faixa etária, formação, anos de trabalho, e sexo dos socioeducadores do CDC de Picos. Picos-PI, 2017.**

<b>Variável de interesse</b>	<b>N</b>	<b>Variável de interesse</b>	<b>N</b>
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		<b>ANOS DE TRABALHO</b>	
29 A 38 anos	4	4 A 6	3
43 A 50anos	5	7 A 11	8
51 A 55 anos	2		
<b>SEXO</b>		<b>FORMAÇÃO</b>	
F	4	Ensino Superior	10
M	7	Auxiliar Administrativo	1
<b>TOTAL:</b>	11		

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na unidade socioeducativa atualmente trabalham 16 socioeducadores. Na pesquisa em questão só participaram onze socioeducadores, sendo quatro do sexo feminino (N=4), e sete do sexo masculino (N=7). Tendo em vista que alguns se recusaram a participar, como também a dificuldade de encontrar alguns profissionais em virtude da permuta de plantões. No que concerne á faixa etária, a Tabela 1 mostra que os participantes do presente estudo estão maioritariamente entre 43 e 50 anos de idade (N=5), embora dois apresentassem uma faixa etária superior a 50 anos (N=2), e quatro entre 29 e 38 anos (N=4). A formação da maioria dos participantes é a licenciatura, uma composição que possibilita o exercício profissional como professores do ensino fundamental e médio. Destaca-se que esses profissionais não fazem parte do quadro efetivo e/ou permanente da unidade socioeducativa em questão, na verdade sendo cedidos pelo Estado e está à disposição da instituição, cenário deste estudo.

O tempo de trabalho variou de quatro a onze anos, tendo uma jornada semanal de trabalho de vinte quatro horas por setenta e duas. Resultado distinto foi encontrado por Medeiros (2015, p. 116), onde o quadro de profissionais já possuía tempo de contribuição com a previdência social para aposentar-se.

Em estudo realizado por Espíndula; Santos (2004) acerca das representações da adolescência, a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei, o quadro de funcionários era composto por 43% de homens e 57% mulheres. Em sua maioria possuíam o ensino médio completo (43%) executando a função de socioeducador, resultado distinto da pesquisa realizada, onde a quantidade de mulheres que trabalham no serviço é menor (N=4), sendo sete do sexo masculino (N=7), isso pode estar relacionado ao papel da antiga FEBEM (Fundação Estadual do Bem – Estar do Menor), onde o perfil deveria ser de alguém com características de liderança, agressividade e postura firme e o exercício da força.

O Trabalho dos Monitores na FEBEM de São Paulo-SP, revela que a quantidade de monitoras é bem menor quando relacionado ao número de monitores:

Quando há contagem dos monitores, contam-se apenas os do sexo masculino, ou seja, “esquecem” de contar as do sexo feminino e, segundo os monitores, este esquecimento se deve à valorização da força física no papel de contenção solicitado constantemente pela instituição. (TAVARES, 2008,p. 35)

Em contraponto dos resultados deste estudo, no Rio Grande do Norte em um estudo realizado sobre a inserção da família no processo educativo de adolescentes em privação de liberdade, em relação ao quadro de profissionais a maioria dos educadores eram mulheres idosas (MEDEIROS, 2015, p. 113).

Segundo Pereira e Mestriner (1999), os socioeducadores devem apresentar formação técnica superior na área de ciências humanas, experiência profissional na área, diálogo, sensibilidade com a problemática da adolescência e além de ação e criatividade para enfrentamento de situações imprevistas, acolhimento, estabelecimento de vínculos e de trabalho em equipe, habilidade de observação da realidade social e de inclusão com a causa da adolescência e da família.

Percebe-se uma mudança de cenário profissional no que diz respeito ao quadro de profissionais das medidas socioeducativas atuais, pois diferentemente de Espíndula, Santos (2004), que apresentava socioeducadores apenas com ensino médio completo, a maioria dos

socioeducadores participantes desta pesquisa (N=11), possui formação superior na área de pedagogia, história, inglês, administração, educação física, português, apenas um participante (N=1), é auxiliar administrativo, demonstrando o avanço na qualificação do quadro profissional.

Como competências, a equipe técnica deve ter uma série de pré-requisitos que norteiem sua postura profissional, constituídas em bases éticas, que contribuirão para enfrentamento das situações do dia-a-dia e para uma atitude cidadã do adolescente (BRASIL, 2006).

Em Minas Gerais a seleção dos agentes contratados por tempo determinado leva em conta à análise de currículo (experiência profissional e realização de cursos na área). Atividades na área de segurança, adolescência, juventude, educação, cultura, e esportes são pontuadas na análise do currículo, cursos em temáticas ligadas à socioeducação concedem o maior número de pontos na análise curricular dos candidatos, cinco vezes mais do que os cursos na área de segurança (ADAMI; BAUER, 2013). O quadro de profissionais efetivos encontrado neste estudo favorece aplicação das MSEs de forma positiva, contribuindo para a formação de vínculos, aperfeiçoamento profissional, além do desenvolvimento interpessoal e em equipe.

No que diz respeito ao trabalho com as crianças e adolescentes, o servidor quando é contratado de imediato, sem nenhum treinamento prévio, ocorrendo a capacitação dentro do processo de trabalho atrapalha no desenvolvimento das MSEs, dessa maneira, os mais prejudicados serão os adolescentes (MINAS GERAIS, 2012).

Diante disso, percebe-se a importância de avaliar os critérios para selecionar profissionais para exercer a função de agente socioeducador, que realiza tarefas em um contexto difícil e complexo. Acredita-se que um processo seletivo fundamentado se faz necessário para obter o perfil almejado, enfatizando que os participantes deste estudo foram cedidos pelo estado e estão à disposição da unidade sem, contudo, fazer parte do seu quadro permanente.

As atividades que são realizadas durante o cumprimento da medida socioeducativa devem ter como objetivo o desenvolvimento do jovem para que este tenha condições de conviver em sociedade e respeitar a si e aos outros (COSTA, 2006). Dessa forma, o responsável pelo acompanhamento do jovem, deve promover as ações socioeducativas nos seus aspectos jurídicos, políticos, sociológicos, ético, filosóficos e pedagógicos (SERQUEIRA, 2009).

Sobre isso E-1 enfatiza que *“o sistema de medidas socioeducativas não dá certo no Brasil, por que o objetivo primordial é a ressocialização, e os adolescentes são vítimas de um sistema no qual estão inseridos.”* Entretanto para E-2 *“O sistema é bom, mais se realmente funcionasse para o que se destina. É necessário, mais não atende a necessidade dos adolescentes e funcionários”*.

Segundo Adami e Bauer (2013), a ineficiência da medida socioeducativa para a ressocialização dos adolescentes concentra-se na própria dimensão social, que não está articulada às demais políticas públicas. Para E-3 *“As medidas socioeducativas podem surtir efeito se começar pela base que é a família, falta subsídios”*. Através dos relatos da maioria dos socioeducadores foi identificado lacunas como a falta de estrutura, de profissionais, além frequente reincidência dos adolescentes ao sistema, repercutindo na qualidade do serviço, como relata E-6 *“Falho! os adolescentes que passam pelo sistema de medidas educativas retornam”*.

Em estudo realizado por Dias, Serafim e Barros (2014), acerca da Prevalência de Transtornos Mentais e Reincidência em Menores Infratores, dos 886 participantes, 88,2% eram do sexo masculino e a idade média era de 17,23. Havia 619 primárias e 267 reincidentes.

Herculano e Gonçalves (2011) salientam que a dualidade de funções pode trazer consequências problemáticas, tendo em vista que cada uma das funções, de segurança e socioeducação possuem características distintas entre si, que podem gerar conflitos e esgotamento físico e mental para o profissional, resultando em adoecimento e/ou ineficácia das ações. Nesse sentido estabelece-se proximidade entre os achados deste, como elucida E-5 ao mencionar que *“Em partes eu acho que funciona, falta estrutura, profissionais, trabalho no improvisado, exercer vários papéis, desempenhar várias funções”*.

Ferrão e Zappe (2011) em estudo feito no Rio Grande do Sul buscaram compreender a percepção que os socioeducadores têm sobre como e em que medida os aspectos coercitivos e educativos estão presentes nos seus trabalhos, os resultados obtidos a partir de 37 participantes, apontaram que as medidas socioeducativas ainda não são executadas conforme as previsões do ECA, no fundamento aos aspectos educativos. Apenas 48,6% dos participantes consideram que estes aspectos educativos sempre estão presentes na execução da medida.

Para a realidade desta pesquisa a maioria dos participantes demonstraram descrença nas medidas educativas, revelando que as mesmas não funcionam como deviam, que é fantasioso, falho, em contrapartida dois entrevistados consideraram o sistema de

medidas socioeducativas bom como afirmado por E-8 *“Acho bom, maneira de tentar ressocializar”* e E-2 *“O sistema em si é bom”*.

Segundo o SINASE as unidades de medidas socioeducativas devem possuir espaços físicos adaptados e, especialmente, para a realização de práticas educativas, tendo em vista, que o arcabouço das unidades de atendimento são orientadas pelo projeto pedagógico e organizadas de forma a garantir a capacidade física para o acolhimento apropriado à efetivação desse projeto e à garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes (BRASIL, 2012, p. 49).

Na análise das entrevistas, percebe-se a influência da infraestrutura física da unidade e segurança na realização das atividades desempenhadas pelos educadores, conforme mencionam **E-5** *“Grande parte das atividades não são desenvolvidas por falta de segurança”*, e **E-3** *“Pouco policiamento, estrutura do prédio deixa a desejar”*.

Com muitos afazeres a cumprir e insuficientes recursos para concretiza-los, os funcionários tenderão a optar por suas preferências. Menicucci (2010, p.49), descreve em seu estudo que as atividades realizadas também estavam relacionadas à limpeza dos alojamentos pelos menores durante o período da manhã, fazendo parte da rotina. É importante salientar que as ações realizadas necessitam de um caráter socioeducativo, ficar internado realizando atividades comuns de rotina não contribui para uma mudança de vida.

*“Levamos material para limpeza dos alojamentos, refeições, retiramos para o banho de sol.” E3*

*“Rotina monótona, todos os dias as mesmas coisas.” E2*

As atividades relacionadas à limpeza, alimentação, fazem parte do dia-a-dia, entretanto as medidas socioeducativas não são representadas por essas atividades, elas vão desde atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais. Uma rotina monótona não se justifica quando se tem uma série de atividades que podem ser empregadas no cotidiano das unidades. Provavelmente essa rotina esteja relacionada ao comodismo, a falta de empenho nas ações a serem realizadas, desvendando que acompanhamento durante MSEs ocorre de forma errada, às atividades que foram relatadas anteriormente com os menores não são satisfatórias para que ocorra ressocialização, trabalho manual isolado não permite ao adolescente um despertar para sua a responsabilidade social.

Estes profissionais possuem a tarefa de educar e capacitar os adolescentes para a convivência em sociedade. Para cada atividade educativa realizada, o feedback é diferente,

cada jovem é um contexto diferente, cada um deles vai solicitar dos profissionais um tratamento distinto para um acordar em relação à medida (MINAS GERAIS, 2011, p. 19).

Segundo Saliba (2006), que sob as bases da criminalidade, violência e desigualdade social, os quais os técnicos não têm como resolver, a atenção volta-se para a vigia e o controle. A educação fica à parte, como relatado por E-8 que “*A rotina é cansativa, turbulenta, conversar com eles, vigiar eles, é difícil*”.

Não obstante, a observação da realidade atual das instituições voltadas para essa população admite muitas interrogações sobre a distância entre o que é preconizado pela lei e o que é efetivamente desenvolvido (FRANCISCHIN; CAMPOS, 2005).

Dos participantes deste estudo quatro referiram que realizam dobraduras de papel com os adolescentes, a leitura de livros foi citada por dois participantes, o futebol só foi relatado como atividade realizada por um entrevistado, vale ressaltar que segundo Spruit *et al* (2016), a participação em atividades esportivas, faz com que os jovens se tornem membros de uma equipe, sendo supervisionados por um treinador que está intimamente relacionado com todos os membros. Ao se comprometer com atividades convencionais, como esportes, jovens podem abster-se de atos delinquentes, uma vez que a delinquência pode comprometer sua oportunidade da participação em esportes.

*“No momento só as dobraduras com papel, além do projeto de extensão.” E2*

*“Atividade religiosa (Igreja), dobraduras de papeis, jogos de dominó, baralho.” E7*

*“Estrutura, falta de uma quadra esportiva.” E3*

Conforme as análises das entrevistas com adolescentes nas unidades de execução de medidas socioeducativas no estado de Goiás revelou que a atividade oferecida aos internos de maior frequência é o artesanato, como, por exemplo, moldagem, dobradura, bordado com pedrarias (SOUZA, 2013, p. 38). Também realizado neste estudo no que refere as dobraduras de papel.

A assistência religiosa é uma atividade a ser proporcionada conforme a crença e anseio do mesmo. De forma assistencial, o serviço religioso é prestado quando o indivíduo sente a necessidade de ser assistido religiosamente. Ressalta-se que a assistência só é prevista legitimamente caso o sujeito (adulto ou adolescente) não tenha meios cômodos de acessá-lo. Nessa situação, a assistência religiosa é empregada àqueles que estão internados em privação

de liberdade (SIMOES, 2012). Na unidade, aqui pesquisada, esse serviço é prestado por entidades evangélicas e católicas aos finais de semana, e pelos estabelecimentos de ensino.

É importante destacar que as atividades do projeto de extensão denominado: Adolescência em conflito com a lei: do cumprimento de medidas socioeducativas a aquisição de saúde e cidadania são desempenhadas por acadêmicos da Universidade Federal do Piauí que são realizadas semanalmente com os adolescentes, os socioeducadores apenas fazem o traslado dos mesmos para participarem das atividades.

A cultura de jogar dominó nas unidades educativas por ser advinda da antiga FEBEM.

No período diurno, o monitor está em contato constante com o adolescente, por um período de até doze horas, e “de dia o monitor não pára, é um caos”, podendo desde jogar dominó até ser refém destes mesmos meninos quando eles “viram a casa (TAVARES, 2008,p.24).

O banho de sol é uma das atividades realizadas na unidade pesquisada, sendo citada por dois participantes da pesquisa. No estudo realizado por Souza (2013, p. 40), quando indagaram aos adolescentes sobre quais atividades eram realizadas referiam o banho de sol: “Do banho de sol é a única coisa que tem. Não tem outra atividade. (Adolescente 3) Aqui pra nós só tem banho de sol [...]. (Adolescente 6).”

Os resultados mostram que a maioria dos entrevistados relataram dificuldades em lidar com o menor infrator em relação à falta de estrutura física, equipe técnica, falta de atividades a serem executadas, segurança, além dos problemas nas relações interpessoais dentro da unidade com os adolescentes. É importante destacar que os relatos informam a ausência de atividades a serem realizadas na unidade como um obstáculo encontrado pelos socioeducadores.

*“Cada adolescente tem suas particularidades, alguns são rebeldes, segurança, lidar com todo tipo de infração, a própria estrutura do prédio”*, na fala de E11, fica evidente a complexidade do trabalho a ser feito com esses adolescentes e a necessidade de capacitação, formação e trabalho interdisciplinar diante das dificuldades dos profissionais em trabalhar com o adolescente em conflito com a lei.

Ainda sobre as dificuldades em lidar com o adolescente infrator, destacamos o depoimento E-2 *“Principalmente a falta de atividade, ficam ociosos e dão trabalho, não tem com quer ocupar o tempo deles”*, e E-1 *“É muito complicado, por que estão presos, se*

*estressam com total facilidade* ’’, possivelmente a circunstância de privação de liberdade, o afastamento do cotidiano com família, escola e outros ambientes, aumenta ainda mais a complexidade da relação dos socioeducadores com os adolescentes, entretanto, as falas também exibem que a ausência de atividades a serem realizadas com os adolescentes é um problema no cotidiano das MSEs que pode ser amenizado pelo socioeducador, havendo a necessidade refletir sobre ações eficazes que devem ocorrer no âmbito das unidades educativas.

Bernado (2011), estudando a competência moral e perfil de profissionais que atendem o adolescente em conflito com a lei, encontrou a partir dos profissionais pesquisados, a falta de capacitação, de estrutura física e recursos materiais. Resultados semelhantes foram encontrados neste estudo, expressos através das falas de E-5 *“Segurança que não tem, certo medo que não é demonstrado, falta de recursos, adolescentes de difícil convivência”* e E-9 *“Estrutura física inadequada, equipe técnica”*.

Constata-se, assim, que a questão da segurança é um grande desafio encontrado na pesquisa, considerando-se que segurança é imprescindível no ambiente de trabalho. Nota-se também que as percepções quanto à prática de promover por meio do exercício profissional, segurança e educação, refletem uma preocupação sobre o verdadeiro papel deste profissional, como referido por E-3 *“Pouco policiamento, estrutura do prédio deixa a desejar”*. Acredita-se que os mesmos não conseguem conciliar o duplo papel de educador e de segurança que muitas vezes lhe é atribuído.

De acordo com o SINASE (2013), o espaço físico e infraestrutura geral do sistema de medidas socioeducativas são insuficientes e inadequados, além de pessoal escasso e ausência de instituições, órgãos e serviços nos atendimentos integrados existentes, condições insalubres e ausência de espaços físicos adequados para escolarização, lazer, profissionalização, saúde e outras políticas necessárias, conforme disposto no artigo 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que corrobora com os resultados encontrados na pesquisa realizada mediante as informações coletadas a respeito da estrutura física, do quadro de profissionais.

De acordo com a quantidade de adolescentes na instituição o SINASE recomenda o número de profissionais para a equipe, para uma unidade formada por até quarenta adolescentes a equipe mínima deve ser composta por: um diretor, coordenador técnico, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um pedagogo, um advogado. Os outros profissionais indispensáveis para o desenvolvimento de escolarização, esporte, cultura, lazer, são os socioeducadores (SINASE, 2006,p.45).

O quadro de socioeducadores deverá levar em conta os encaminhamentos para atendimentos técnicos dentro e fora dos programas socioeducativos, incluindo visitas de familiares, audiências, atendimento de saúde, atividades externas dos adolescentes (SINASE, 2006, p.45).

Diante do exposto, verifica-se que as medidas socioeducativas privativas de liberdade seguindo as recomendações do ECA, devem ter caráter pedagógico, com infraestrutura de acolhimento, com equipe técnica capacitada para auxiliar na ressocialização dos menores, entretanto, o que se observou na pesquisa são medidas realizadas com pouca estrutura física, quadro mínimo de funcionário e com pouca capacidade técnica, o que contribui para ineficácia das mesmas.

Quando indagados sobre quais perspectivas os socioeducadores percebem ao adolescente infrator a grande maioria declararam não haverem ou sombrias perspectivas ao menor como declaram :E-1 “*Nenhuma*”, E-4 “*Mínima, só se ele tiver alguma ajuda lá fora, saem e voltam para o mesmo convívio, saem daqui e quebram as rotinas, não dão continuidade ao aprendizado apreendido*”, E-6 “*Nenhuma atualmente, reincidentes, são raras as exceções*”, E-2 “*Nenhuma, saem daqui e vão se ocupar com as mesmas coisas, vão roubar, traficar, aqui eles não aprendem nenhum ofício*”. Do extrato, percebe-se que as medidas socioeducativas, de fato, não possuem efetividade e não possibilitam reinserção social do adolescente atendido, portanto, reconhecemos, que existe um leque de questões a serem, reorganizadas para que o processo de ressocialização realmente se restabeleça.

Em contraponto, apenas um participante relatou pensamento distinto aos demais “*Acredito que eles possam sair daqui e ser pessoas melhores*” E8.

Perante as informações coletadas verifica-se as fragilidades das medidas educativas, bem como a formação de vínculos na continuidade do processo de reinserção social, esse aspecto gera uma reflexão a respeito do acompanhamento a esses adolescentes após o cumprimento de medida socioeducativa. Destacando que o SINASE apenas fornece acompanhamento para os casos de transtorno mental, de deficiência mental, ou integradas.

Segundo Dell'Aglio (2014), em outras situações que não estejam relacionado aos problemas mentais, é feito um Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada jovem antes de sua saída do regime de internação. Entretanto, após o término da medida, não é realizado qualquer supervisão por profissionais para examinar se o PIA está sendo efetivado pelo jovem e sua família. Nesse contexto, indaga-se o Plano Individual de Atendimento está sendo executado para fortalecer as redes de atendimento as medidas educativas?

Van Domburgh *et al.*, (2009) descobriu, em seu estudo, que jovens que deixaram a trajetória delitiva estavam mais inseridos em atividades familiares, diferente de jovens que continuaram com comportamentos criminosos, nesse contexto, a maioria dos entrevistados neste estudo quando indagados sobre o que poderia melhorar as medidas socioeducativas, referiram a participação da família no contexto das atividades, encontrando resultados semelhantes.

*“Participação da família, tem família que nem visita, que não da assistência.” E8, “Se tivesse mais participação da família e sociedade.”E1, “Integração dos adolescentes com a própria família” E6, “Envolvimento por parte da família, não acompanham a vida deles”.*

Observa-se uma quebra de valores familiares, a maioria dos adolescentes que praticam atos infracionais a relação familiar é difícil, havendo ausência de limites pelos pais, que promovem uma educação frágil. Dessa maneira, para que aconteça uma melhor ressocialização dos menores infratores, faz-se imprescindível o resgate dos valores familiares, o que pode favorecer para a redução da criminalidade no meio infanto-juvenil (REBELO, 2010).

Além disso, os demais entrevistados declararam que atividades, projetos em parceria, estrutura, segurança, equipe técnica completa, e condições satisfatórias poderiam melhorar as medidas educativas. Recentes estudos forneceram informações sobre as características das intervenções mais eficazes como ações centradas em abordagens terapêuticas (p.ex., programas de orientação, treinamento de gerenciamento de pais) são mais efetivos do que aqueles que utilizam técnicas de controle externo (por exemplo, campos de intensivos supervisão) (SAWYER, BORDUIN, DOPP, 2015; VRIES *et al.* , 2015).

É importante informar que dentro da unidade onde a pesquisa foi realizada ocorrem atividades em parcerias como já foi citado no decorrer do texto, por instituições públicas e religiosas, além do projeto de extensão vinculado a Universidade Federal por acadêmicos de Enfermagem e também um projeto de leitura efetivado pela Universidade Estadual do Piauí por acadêmicos do curso de letras.

Dessa forma, entende-se que esta não é uma tarefa simples. Essa troca de experiências entre parceiros é fundamental dentro da unidade, tendo em vista que o caráter interdisciplinar das atividades pode contribuir para uma melhor assistência, para a

ressocialização, são relatos que expressam que as atividades propostas e efetivadas por projetos, instituições, cursos em parceria, são necessárias e eficazes desde que tenham um percurso continuado, não basta apenas um programa ou curso para simplesmente ocupar o tempo ou acalmar o interno, trazendo de volta o questionamento sobre o acompanhamento do adolescente após sua saída da instituição.

*“Através de uma série de atividades e projetos que pudessem ocupar o tempo deles, ter aula, estudar, produzir algo.”E2*

*“Estrutura, segurança, equipe técnica completa, parcerias, universidades, e instituições”. E5*

*“Estrutura, oficinas para ocupar o tempo deles, equipe técnica.”E11*

A questão da segurança, estrutura e equipe técnica novamente são pontuadas pelos socioeducadores, sendo um fator importante a ser considerado, desvelando a necessidade de políticas públicas mais efetivas dando suporte ao trabalho realizado dentro destas unidades.

Analises concretizadas por Nunes; Andrade; Moraes (2013), Gonçalves Zappe; Garcia Dias(2012), mostram que o estímulo para o adolescente desenvolver conexões expressivas com outras pessoas e instituições, expandem a sua rede social, fortifica seu desejo de estabelecer um novo projeto de vida, distante das cenas do ato infracional. Esse é o significado que se depreende das falas dos socioeducadores sujeitos da presente pesquisa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que a percepção dos educadores sobre a execução das medidas educativas não são efetivas durante a internação provisória, fazendo-se necessário rever os fatores envolvidos que foram encontrados neste estudo, como a inserção de cursos profissionalizantes, equipe técnica completa, participação familiar, acompanhamento após período de internação, dentre outros fatores.

A pesquisa revela a complexidade e responsabilidade da execução das medidas educativas, bem como, a falta de políticas públicas efetivas diante da fragilidade do sistema, no qual elas estão submergidas.

Dessa forma, pode-se provocar quais as oportunidades que estes adolescentes em conflito com a lei podem ter diante do cenário dessa unidade? Não existe suporte para transformar suas vidas sem uma assistência eficaz, o estudo aponta que as medidas não são executadas como preconiza o ECA e SINASE, que não se tem um suporte multidisciplinar de profissionais, além da falta de segurança, estrutura, revelando uma série de dificuldades no ambiente de trabalho. Lançar um olhar sobre a formação e capacitação do socioeducador é fundamental perante os problemas relacionados à assistência do menor infrator, dando subsídios para novos estudos sobre afetividade das MSEs. Além disso, o papel da família fica evidente através dos relatos, que é imprescindível a participação neste desenvolvimento de ressocialização.

Dessa forma, torna-se um desafio para o profissional de saúde e/ou enfermagem inquietar-se e assumir um compromisso na atenção e cuidado com os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa, adentrado nestes centros de acolhimento e promovendo ações interdisciplinares.

O papel do enfermeiro deve agregar a sua prática diária, estratégias que integrem o fundamento amplo de saúde, como parte de uma equipe multidisciplinar, trabalhando numa concepção de indivíduos, família e grupos sociais em condição de vulnerabilidade, realçando as características próprias do ser adolescente, para a recuperação das condições de vida e saúde.

Recomenda-se maiores investimentos na produção de estudos e pesquisa nesta área, diante da dificuldade em encontrar artigos recentes que abordem este contexto das medidas educativas e o trabalho destes profissionais perante à ressocialização.

Ações em conjunto que contornem as famílias, os profissionais da área de educação e de saúde e os órgãos responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas,

além da sociedade, são significativas para proporcionar novas possibilidades ao desenvolvimento dos adolescentes.

Os resultados encontrados neste estudo devem ser considerados mediante suas limitações. Primeiro, a participação apenas dos socioeducadores como informantes, resulta na expressão de suas percepções que podem divergir da realidade encontrada por outra população. Incluir diferentes profissionais, familiares, adolescentes poderia mostrar enfoques e perspectivas não alcançadas neste estudo.

## REFERÊNCIAS

Adolescentes autores de atos infracionais: estudos psicossociais / Organizadora, Sônia M. Gomes de Sousa. – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. 202 p. il.

BAUER, Marcela; ADAMI, Andreza. **Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: recomendações para a subsecretaria de atendimento às medidas socioeducativas de Minas Gerais**. 2013. Tese de Doutorado.

BERNADO, J. F. **Competência moral e perfil de profissionais que atendem o adolescente em conflito com a lei. Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Panorama Nacional – A **Execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. Brasília, 2012.

BRASIL, ECA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº8069. Brasil, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Levantamento Anual SINASE 2013: Privação e Restrição de Liberdade**. Brasília, DF, 2015

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Mapa do Encarceramento. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República; 2014.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 4, p. 1207-1227, Dec. 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312015000401207&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000401207&lng=en&nrm=iso)>. access on 06 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>

COSTA, A. C. G. **Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate**. Brasília: SEDH, 2006.

COSTA, Nilson do Rosário; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 5, p. 1467-1478, May 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-)

81232017002501467&lng=en&nrm=iso>. access  
on 15 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33562016>.

COULTON, Simon et al. Pragmatic estudo controlado randomizado para avaliar a eficácia e relação custo-eficácia de uma intervenção multi-componentes para reduzir o uso de substâncias e comportamentos de risco em adolescentes envolvidos no Sistema de Justiça Criminal: um ensaio Protocol (RISKIT-CJS). **Saúde BMC Public**, v. 17, n. 246, p.2-10, 2017.

DIAS, Álvaro Machado; SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Daniel Martins de. Prevalence of Mental Disorders and Recidivism in Young Offenders. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 27, n. 2, p. 317-322, 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722014000200317&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000200317&lng=en&nrm=iso)>. access  
on 06 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201427212>

ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 9, n. 3, p. 357-367, Dec. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722004000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300004&lng=en&nrm=iso)>. access  
on 23 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000300004>

ESTEVAM, I. D. **As representações sociais da prática socioeducativa de privação de liberdade**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado não publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERRÃO, I. S; ZAPPE, J. G. **Aspectos coercitivos e educativos da medida socioeducativa: a concepção dos socioeducadores de uma unidade de internação**. XV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão: Educação e Ciência na Era Digital. Santa Maria. 2011.

FRANCISCHINI, R; CAMPOS, H. R. – Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. **Psicologia**, vol. 36, n° 3, p. 267-273, set/dez 2005.

GIL, A.C., **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6° ed. São Paulo: Atlas. 2010.

GONÇALVES ZAPPE, Jana; GARCIA DIAS, Ana Cristina. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, v. 17, n. 3, 2012

GUARÁ, Isa Maria. Relatório Parcial. Projeto de Pesquisa: o estado do conhecimento sobre a intervenção socioeducativo em programas para adolescentes envolvidos em delitos. UNIBAN, Junho 2010.

HERCULANO, José Antonio Haas; GONÇALVES, Marcelo Gomazzi. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 1, p. 74-101, 2011.

LEMOS, I. FAÍSCA, L. Psychosocial adversity, delinquent pathway and internalizing psychopathology in juvenile male offenders. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 42, n.s, p.49-57, 2015.

LENNOX, Charlotte. As necessidades de saúde dos jovens na prisão. **Br Med Bull** ,v.112,n.1,p.17-25,2014. Doi: 10.1093 / bmb / ldu028.

Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

LORENCETTI, Luiz Carlos. **O Adolescente em Conflito com a Lei**: Fórum Desenvolve Londrina. Disponível em: <[http://www.forumdesenvovelondrina.org/download/estudo\\_2011.pdf](http://www.forumdesenvovelondrina.org/download/estudo_2011.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MALLETT, C.A. The incarceration of seriously traumatised adolescents in the USA: Limited progress and significant harm. **Wiley Online Library**, n.25, p. 1-9, 2015.

MARUSCHI, Maria Cristina; ESTEVÃO, Ruth; BAZON, Marina Rezende. Aplicação de medidas socioeducativas em adolescentes: avaliação auxiliar às tomadas de decisão. **Psico**, v. 44, n. 3, p. 453-463, 2013.

MCLAUGHLIN, K.A; GARRAD, M. C; SOMERVILLE, L.H. O que se desenvolve durante o desenvolvimento emocional? Uma abordagem de processo componente para identificar fontes de risco psicopatológico na adolescência. **Diálogos em Neurociências Clínicas**, n.17, v.4, p. 403-41., 2015.

MEDEIROS, F. C. **A inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade**. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2015.

MENICUCCI, C. G.; CARNEIRO, C. B. L. Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.107, São Paulo, Jul/Set 2011.

MINAS GERAIS. SUASE. Perfil do agente de segurança socioeducativo: atuação nas unidades socioeducativas de semiliberdade, internação e internação provisória. - documento interno, 2012.

MINAS GERAIS. SUASE. Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MINAYO MCS. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: Njaine K, Assis SG, Constantino P, organizadores. **Impactos da violência na saúde.**, 2a ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2010. p. 21-42.

Mais educação, menos violência: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana / Marcos Rolim. – Brasília : UNESCO, Fundação Vale, 2008. 101 p

NERI, A. P. **A eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao jovem infrator.** Monografia (Graduação em Direito)- Faculdade de Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos, BARBACENA, 2012.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, 2013.

**O trabalho dos monitores na Febem** / Elizabeth P. N. Tavares ... [et al.] – São Paulo : FUNDACENTRO, 2008.

PEREIRA, I; MESTRINER, M. L. **Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade: medidas de inclusão social voltadas a adolescente autores de ato infracional**, São Paulo: IEE/PUC; Febem-SP, 1999.

Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.

REBELO, Carlos Eduardo Barreiros. **Maioridade Penal e a Polêmica acerca de sua Redução**. Belo Horizonte: Ius, 2010.

**Ressocialização de Adolescentes é uma realidade no Governo de Sergipe.** Disponível em: <<http://www.e-sergipe.com/noticias/fundacao-renascer-executa-projeto-de-ressocializacao-de-adolescentes/>>. Acesso em: 13 out. 2017

RIVANY NUNES, Marilene et al. Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 2, 2016.

SALIBA, M. G. **A Educação como Disfarce e Vigilância: Análise das Estratégias de Aplicação de Medidas Sócioeducativas a Jovens Infratores.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – UNESP, Marília, 2006.

SANKOFA, J et al. Correções juvenis na era da reforma: uma meta-síntese de estudos qualitativos. **Revista Internacional de Terapia de Delinquente e Criminologia Comparada**, 2017.

SAWYER, A.M; BORDUIN, C.M; DOPP, A. R. Long-term effects of prevention and treatment on youth antisocial behavior: a meta-analysis. **Clin Psychol Ver**, v.42, p. 130–44, 2015.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al . Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 34, n. 3, p. 660-675, Sept. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000300660&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300660&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001682013>

Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS. **Plano municipal de atendimento socioeducativo de Teresina 2016 – 2025**, 2016.

SEQUEIRA, V. C. et al. Medidas Socioeducativas: experiências significativas in BOGGIO, Paulo Sérgio; CAMAPANHÃ, C. (Org.), Família, Gênero e Inclusão Social, São Paulo: Mennon, 2009, 120-133

SIMÕES, Pedro. Assistência religiosa no sistema socioeducativo: a visão dos operadores do direito. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 32, n. 1, p. 130-156, 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872012000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872012000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872012000100006>

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SPRUIT et al . Preditores de sucesso de intervenção em um programa baseado em esportes para adolescentes em risco de delinquência juvenil. **Revista Internacional de Terapia de Delinquente e Criminologia Comparada**, 2017.

SOUZA, T. Y. Processos de desenvolvimento de educadores sociais Do sistema de medidas socioeducativas: Indicadores de formação. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- INSTITUTO DE PSICOLOGIA, 2013.

SUNAHARA, I. G; MENDES, J. R; ALMEIDA, N. S. M. Abordagem histórica do tratamento jurídico dado a população o infanto-juvenil autora de ato infracional no Brasil. **Direito & Realidade**, v.2,n.1,p.64-89,2014.. Retrieved from <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/direito-realidade/article/view/381>

VAN DOMBURGH, L. et al. Childhood Predictors of Desistance and Level of Persistence in Offending in Early Onset Offenders. **Journal of Abnormal Child Psychology**,v. 37,n.7,p.967-980,2009.

VOLPI, M. (Org.). (2001). O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez.

VRIES, S.L et al. Practitioner review: effective ingredients of prevention programs for youth at risk of persistent juvenile delinquency–recommendations for clinical practice. **J Child Psychol Psychiatry**, v.56, n. 2, p. 108–21, 2015.

ZAPPE, J. G ; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico** (Porto Alegre) [online].v.47, n.2, p. 99-110,2016. ISSN 1980-8623. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

1. Em relação aos educadores sociais

1.1 Idade \_\_\_\_\_ sexo ( ) feminino ( ) masculino

1.2 Tempo de serviço na instituição \_\_\_\_\_ Formação \_\_\_\_\_

Jornada semanal de trabalho \_\_\_\_\_

1.3 O que você acha do sistema de medidas sócio educativas?

1.4 Que atividades são desenvolvidas com o menor infrator durante a internação provisória?

1.5 Quais dificuldades você encontra em lidar com o adolescente em internação provisória?

1.6 O que você acha que poderia ser melhorado no sistema de internação provisória?

1.7 Que perspectivas você percebe ao futuro do adolescente infrator?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**Título do projeto:** Adolescentes privados de liberdade e o contexto das medidas socioeducativas: reflexões e desafios

**Pesquisadora responsável:** Me. Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo, docente do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

**Pesquisador Participante:** Maralina Gomes da Silva.

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, Departamento de Enfermagem. **Telefone para contato:** (89) 9997 - 1603 (inclusive a cobrar)

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar do mesmo, é muito importante que o(a) senhor (a) compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os Coordenadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. O(a) senhor (a) tem o direito de desistir de participar da produção desta pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

♦**Objetivo do estudo:** Conhecer a realidade de adolescentes em conflitos com a lei e o contexto das medidas sócio educativas.

♦**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá em dividir conosco seus conceitos, pensamentos e relação com as temáticas abordadas no projeto, abordando sobre sua percepção em relação às infrações cometidas e expectativas para o futuro. Será utilizado um roteiro de entrevista e um aparelho celular para a gravação das entrevistas.

♦**Benefícios:** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado e consequente melhoria de intervenção nas políticas, programas e ações de assistência ao adolescente infrator.

♦**Riscos:** Essa pesquisa não representará qualquer risco de ordem física, porém poderá surgir algum constrangimento no momento das perguntas, sendo assim, será enfatizado o sigilo da pesquisa e a não obrigatoriedade da resposta /participação, reduzindo o efeito da pergunta.

♦**Sigilo:** Na concordância em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, o Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CPF \_\_\_\_\_, concordo em deixar meu filho participar do estudo “Adolescentes privados de liberdade e o contexto das medidas socioeducativas: reflexões e desafios”, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação do meu filho é isenta de despesas. Concordo

voluntariamente em deixá-lo participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento/assistência/tratamento neste Serviço. Ressalvo que este documento será lavrado em duas vias onde uma ficará com o sujeito e a outra com o pesquisador.

Local e data \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre o estudo e aceite do sujeito em participar.**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste documentário.

Picos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

**Observações complementares**

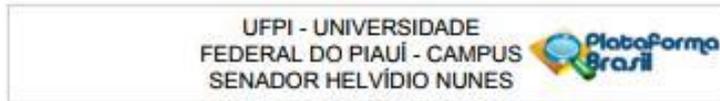
**Observações complementares**

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI. Campus Universitário Senador Helvídio Nunes de Barros - Bairro Junco. CEP: 64.600-00 - Picos - PI.

tel.: (89) 3422-- email: ceppicos@gmail.com web: www.ufpi/picos

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Parecer Legal do Comitê de Ética em Pesquisa

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Adolescentes privados de liberdade e o contexto das medidas socioeducativas: reflexões e desafios

**Pesquisador:** IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 65244217.6.0000.8057

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.344.638

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. O estudo será realizado no período de março de 2017 a dezembro de 2018 e terá como campo para sua realização, o Complexo de Defesa e Cidadania (CDC) do município de Picos. Terá como sujeitos adolescentes de ambos os sexos, cujas idades estejam entre 12 e 18 anos período em que o estatuto da criança e do adolescente preconiza para o ser adolescente (BRASIL, 1990), e que se encontre em internação provisória no CDC.

**Objetivo da Pesquisa:****Objetivo Geral**

Conhecer a realidade de adolescentes em conflitos com a lei e o contexto das medidas sócio educativas em unidade de internação provisória de Picos-PI.

**2.1 Objetivos Específicos**

Caracterizar perfil socioeconômico dos adolescentes em internação provisória;

Verificar condições de saúde acerca do crescimento e desenvolvimento de adolescentes em internação

**Endereço:** CICERO DUARTE 905  
**Bairro:** JUNCO **CEP:** 64.607-670  
**UF:** PI **Município:** PICOS  
**Telefone:** (86)3422-3003 **E-mail:** cep-picos@ufpi.edu.br

UFPI - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS  
SENADOR HELVÍDIO NUNES



Continuação do Parecer: 1.344.038

reflexões acerca da necessidade de um fazer que perpassasse setores e serviços, repensando conceitos, crenças, atitudes e práticas profissionais e de gestão, que atendam positivamente os imperativos dessa população.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as pendências foram resolvidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_865051.pdf	12/09/2017 15:57:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	12/09/2017 15:51:14	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	12/09/2017 15:50:16	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	CRONOGRAMA.pdf	12/09/2017 15:49:22	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	TCLE.pdf	20/08/2017 22:39:42	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	02/03/2017 08:46:01	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	23/02/2017 10:26:59	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	23/02/2017 10:23:29	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR	Aceito

Endereço: CICERO DUARTE 905  
Bairro: JUNCO CEP: 64.607-670  
UF: PI Município: PICOS  
Telefone: (86)3422-3003 E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

**UFPI - UNIVERSIDADE  
 FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS  
 SENADOR HELVÍDIO NUNES**


Continuação do Parecer: 1.344.038

reflexões acerca da necessidade de um fazer que permeie setores e serviços, repensando conceitos, crenças, atitudes e práticas profissionais e de gestão, que atendam positivamente os imperativos dessa população.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as pendências foram resolvidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P PROJETO_865051.pdf	12/09/2017 15:57:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	12/09/2017 15:51:14	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	12/09/2017 15:50:16	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	CRONOGRAMA.pdf	12/09/2017 15:49:22	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	TCLE.pdf	20/08/2017 22:39:42	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	02/03/2017 08:48:01	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	23/02/2017 10:26:59	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	23/02/2017 10:23:29	IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR	Aceito

Endereço: CICERO DUARTE 905  
 Bairro: JUNCO CEP: 64.607-670  
 UF: PI Município: PICOIS  
 Telefone: (88)3422-3003 E-mail: cep-picois@ufpi.edu.br

UFPI - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS  
SENADOR HELVÍDIO NUNES



Continuação do Parecer: 2.344.628

Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	23/02/2017 10:23:29	FIGUEIREDO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	23/02/2017 10:21:19	ROLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	CURRICULUM.pdf	22/02/2017 11:13:24	ROLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao.pdf	22/02/2017 11:10:27	ROLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_pesquisadores.pdf	22/02/2017 11:09:47	ROLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	22/02/2017 11:08:22	ROLANDA GONÇALVES DE ALENCAR FIGUEIREDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PICOS, 23 de Outubro de 2017

Assinado por:

LUISA HELENA DE OLIVEIRA LIMA  
(Coordenador)

Endereço: CICERO DUARTE 905  
Bairro: JUNCO CEP: 64.607-670  
UF: PI Município: PICOS  
Telefone: (89)422-3003 E-mail: oip-picos@ufpi.edu.br

## ANEXO B- Termo de Autorização

DIRETORIA DA UNIDADE DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO-DUASE  
 GERÊNCIA DE COMPLEXOS DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS  
 COMPLEXO DE DEFESA DA CIDADANIA – CDC - PICOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Secretaria de Educação Superior  
 Piauí

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Venho por meio deste, manifestar concordância para realização nesta Unidade socioeducativa, Complexo de Defesa e Cidadania-CDC, da pesquisa intitulada: **"Adolescentes privados de liberdade e o contexto das medidas socioeducativas: reflexões e desafios"** que tem como objetivo principal (geral): Conhecer a realidade de adolescentes em conflitos com a lei que cumprem medidas socioeducativas em unidade de internação provisória de Picos-PI. O estudo tem como pesquisadora responsável a **Profa. Me Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo**, docente efetiva do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB). Estou ciente que os sujeitos desta pesquisa são adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 17 anos e, educadores sociais. Defiro a pesquisa para fins científicos desde que em os dados, em hipótese alguma possam gerar a identificação das partes ou nome de menor ou qualquer pessoa, da referida unidade, envolvida no processo.

Picos (PI), 07 de fevereiro de 2017.

  
 SASC - CDC - Picos  
 Francisco Gonçalves Ibiapino Jr.  
 Coordenador Interino  
 Mat. 116048-6

Rua Monsenhor Hipólito, 72 - Centro  
 CEP 84600-104 - Picos - Piauí - Brasil  
 Fone: 3333.3473



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
(X) Monografia  
( ) Artigo

Eu, Maralima Gomes da Silva  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Percepção de educadores sociais acerca de adolescente em tratamento em internação provisória de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 22 de fevereiro de 2018

Maralima Gomes da Silva  
Assinatura

Maralima Gomes da Silva  
Assinatura